

Negros pedem que racismo seja crime

A criminalização do racismo, a proibição da pena de morte, a reforma agrária já, a preservação dos valores culturais do cidadão, a garantia do direito à habitação, alimentação, saúde, escola e emprego. Estas são algumas propostas que 100 representantes dos negros brasileiros estão discutindo, desde ontem, em sua Convenção Nacional pela Constituinte. O encontro termina hoje e está acontecendo no Conjunto Cultural da Caixa Econômica.

A principal proposta dos negros é criminalizar a discriminação social. Com a lei Affonso Arinos, em vigor há 35 anos, o racismo é considerado apenas contravenção. Os negros querem que a nova Constituição passe a tratar a discriminação como crime inafiançável, com pena de reclusão e julgamento imediato. Outro ponto é a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira nos três graus de ensino.

As outras propostas se referem aos problemas das populações de baixa renda, onde os negros são maioria. Uma delas é a garantia de condições dignas de vida das populações carentes. Segundo o líder negro e membro da Comissão de Estudos Constitucionais, Hélio Santos, esta proposta já foi aprovada pela comissão dos notáveis e compõe o "Plano de Recuperação Social". Este plano, afirmou Hélio, vai instituir o conceito de "seguridade social", que dará assistência de saúde aos desempregados ou subempregados não assistidos pela previdência.

Outro ponto que diz respeito aos negros como população de baixa renda é a permanência do dispositivo que proíbe a pena de morte. "Os ricos, nos países onde existe a pena de morte, sempre se defendem de seus crimes e este expediente acaba sendo utilizado quase que exclusivamente com a população carente", afirmou Hélio Santos.

Os negros vão discutir também o fim da "vadiagem" na futura Constituição. Segundo Hélio Santos, a primeira carta magna onde esta figura jurídica surgiu foi a de 1891, curiosamente dois anos após a abolição da escravatura. No anteprojeto de Constituição da Comissão Arinos, a vadiagem deixa de existir. Hélio afirmou ainda que todas as propostas apresentadas por ele na Comissão dos Notáveis foram aprovadas.